
Combate ao preconceito algoritmo na divulgação de projetos em arte e cultura ¹

Andrea LIMBERTO²

Senac-SP e Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

O algoritmo das principais redes sociais e buscadores web operam uma seleção na entrega e na relevância das postagens e informações para seus usuários. Esse recorte é responsivo à pergunta (query) entrada pelo usuário, utilizada como palavra-chave, ou aos seus dados de uso dos aplicativos e plataforma (gerados pela navegação, visualização, curtidas, comentários, compartilhamento). Mas o retorno (retry) não é neutro e resulta num intrincado problema comunicacional atual no arcabouço da cultura, reforçando preconceitos e desigualdades sociais. A relação com o público, dessa forma, deve ser conhecida como distante da expectativa de imediação e representam um viés informativo e midiático que une curadoria de conteúdo e curadoria digital.

PALAVRAS-CHAVE: preconceito algorítmico; liberdade de expressão; conteúdo digital; crítica; arte e cultura.

Introdução

Este artigo pretende se inserir no conjunto de trabalhos que recentemente analisa o funcionamento dos algoritmos como um limite para o exercício da liberdade de expressão. Por um lado, devemos descrever minimamente como funcionam os algoritmos para retirá-los de seu desenho exclusivamente técnico. Desejamos assim que cada vez mais pessoas tenham literacia midiática e digital para se reapropriarem de sua presença pública. Pelo mesmo lado, devemos apontar que o funcionamento desses algoritmos como estão são nocivos em diversos níveis: reforçam os esquemas de exclusão social, reforçam estereótipos e preconceitos, priorizam a relevância de conteúdos comerciais, garantem o monopólio de mercado por parte de grandes empresas de tecnologia. Entendemos que esse conjunto de malefícios, que representam um desenho específico de mundo, prejudicam especialmente projetos de divulgação na área de mídia, diversidade, arte e cultura por estes estarem justamente calcados no investimento de novas sociabilidades e na apresentação e defesa de visões plurais de mundo. Tentaremos pontuar

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-SP). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Vice-coordenadora do GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão da INTERCOM, e-mail: andrealimberto@gmail.com.

e compartilhar algumas ideias retiradas de pesquisadoras e pesquisadores que foram críticas em relação ao algoritmo como propostas de brechas para nossa atuação. Como escapar?

Iniciaremos nosso percurso com algumas ideias que vêm sendo apontadas por muitos dos pesquisadores que entendem a necessidade de estudo sobre a lógica do algoritmo como uma necessidade de debate importante e atual no campo da liberdade de expressão, assim como defendemos aqui, e com as quais pretendemos nos fiar (NOBLE, 2018; CANCLINI, 2019; SILVA, 2020; NATANSOHN, 2021). Tais ideias, já indicamos de antemão, privilegiam e são sentidas numa perspectiva sul global, antirracista, feminista e pró-diversidade.

A primeira noção a ser defendida, nesse sentido, é a de que o algoritmo é opaco, que vale aqui como nossa hipótese inicial, fundante. A segunda é que ele reforça padrões tanto se entendemos pelo viés de seu uso comunitário, quanto pelo seu uso comercial que segue sendo mais forte. Este argumento fica valendo aqui como forma de desenvolvimento e verificação da hipótese inicial e trabalharemos em item adiante abordando casos específicos na área de arte e cultura em que foi sentida a marcação algorítmica. A terceira e última noção, mais sintética, resultante das anteriores, é de que o algoritmo não é neutro. Desenvolveremos com mais atenção esta ideia no próximo item desde artigo, começando a construção pela conclusão sintética para poder defender desde já que nós naturalizamos a lógica do algoritmo, mas precisamos de uma literacia digital.

A opacidade é característica interessante de ser analisada em relação ao algoritmo pois ela contrasta com a proposta de acesso e transparência muitas vezes atribuída aos meios digitais. Muitos estudos otimistas sobre o avanço da disponibilização de informações pelos meios digitais procuraram valorizar a oferta de dados em direção à construção de conhecimento e de uma vida social mais disponível para todos. “Antes das redes e dos algoritmos tivemos que discernir quanto incluem, excluem ou domesticam. Os mídias contribuem para criar outras comunidades ou acalmam o ceticismo em relação às já existentes?”³ (CANCLINI, 2019, p. 48. *Tradução nossa*).

O deslocamento das instâncias tradicionais de controle foi sentida como abertura para uma reorganização em termos do público. No entanto, estamos num ambiente de opacidade, regulação e vigilância que precisa ser entendido como tal ainda que nos

³ “Antes de las redes y los algoritmos tuvimos que discernir cuánto incluyen, excluyen o domestican. ¿Los medios contribuyen a crear otras comunidades o calman el escepticismo hacia las existentes?”

apresente constantemente sua face iluminada e se esforce para apagar tecnicamente sua disposição técnica (por motivos de saber técnico e por motivos de controle econômico).

O que encontramos nos mecanismos de buscas sobre pessoas e suas culturas é importante. Eles simplificam um fenômeno completo. Eles tornam opacas qualquer luta por sentido, e eles podem mascarar a história. Resultados de busca podem reconfigurar nosso pensamento e nos privar da possibilidade de nos aprofundarmos nas informações e nos conhecimentos que precisamos, o conhecimento tem sido tradicionalmente adquirido por meio de professores, de livros, da história e pela experiência. Os resultados de busca, no contexto da publicidade comercial, abrem caminho, como discuti ao longo desse livro, para preconceitos latentes: preconceitos apoiados em lucros com anúncios. Os resultados dos mecanismos de busca também funcionam como um tipo de registro pessoal e também de comunidades, embora instáveis” (NOBLE, 2018, p. 133. *Tradução nossa*.)⁴.

Um algoritmo não é neutro

A partir do que recuperamos na introdução deste artigo, pretendemos agora fixar melhor nossa hipótese de que o algoritmo não é neutro indicando o que consideramos os principais aspectos de sua não neutralidade e que pretendemos utilizar como evidências.

Um algoritmo não é neutro no sentido de seu uso social e político, ou podemos dizer que ele não é neutro ao menos em seus efeitos sociais e políticos. A diferença é estarmos atentos aos desenhos de mundo que resultam de um uso massivo e midiaticizado dos meios digitais com base numa organização algorítmica, muito para além da preocupação também válida de implicar uma ação direta de controle como vemos bem desenhado no documentário *O Dilema das Redes* (Netflix, 2020) que procura apresentar uma ação incisiva de grandes empresas de tecnologia sobre seus públicos.

O que se coloca sob averiguação é um entendimento muito estreito sobre a função de um algoritmo de modo que privilegiar seu funcionamento técnico oblitera a preocupação com seus efeitos diversos. Sua regulação e autorregulação maquinicamente inteligente tem um direcionamento na base de um uso e uma finalidade específica que se

⁴ What we find in search engines about people and culture is important. They oversimplify complex phenomena. They obscure any struggle over understanding, and they can mask history. Search results can reframe our thinking and deny us the ability to engage deeply with essential information and knowledge we need, knowledge that has traditionally been learned through teachers, books, history, and experience. Search results, in the context of commercial advertising companies, lay the groundwork, as I have discussed throughout this book, for implicit bias: bias that is buttressed by advertising profits. Search engine results also function as a type of personal record and as records of communities, albeit unstable ones”.

extrapolada desarticula sua própria equação. Assim, fundamentalmente não podemos entender que um algoritmo desenhado para uma finalidade consiga pensar relações sociais e políticas fora do conjunto para o qual foi projetado.

Neste sentido, não somente será determinante a escolha de que dados serão recuperados (e quais não serão) mas também que tipo de correlações e instruções (e quais não) serão feitas em relação a eles e que efeitos e/ou resultados se espera dessa operação. Ou seja, como interferem os critérios do contexto de justificativa, das regras de contexto de desenho e potenciais usos e apropriações do contexto de aplicação na elaboração desses algoritmos criados para certos tipos de funções e não outras e que podem gerar efeitos diferentes projetados para certos fins. Isso significa ver o caráter social e político dos algoritmos⁵ (GENDLER, 2019, p. 304).

Um algoritmo não é neutro na maneira de apresentar as polêmicas que emergem na esfera social. Mesmo se considerarmos dentro da lógica que o próprio algoritmo foi desenhado para recortar, ele repete conteúdos e dados de forma hierarquizada e privilegiada criando uma descompensação num ambiente polêmico. Se entendermos a noção de polêmica com sua raiz da polifonia e aproximarmos de um investimento dialógico bakhtiniano e no desejo de manifestação de uma pluralidade de vozes, estamos trabalhando com um cenário complexo e múltiplo. Poderíamos pensar que essa complexidade se dá pela quantidade de pontos de vista, muito para além da dualidade binária, e, sim, essa é uma preocupação (inclusive que tenta atualmente ser superada por avanços técnicos a serem admirados). Mas o que consideramos da ordem do irrecuperável é a dinâmica metasistêmica de delimitação e hierarquização desses mesmos pontos de vista. Primeiramente, quais serão os critérios para identificar pontualmente argumentos, opiniões, ideias e, depois, como será estabelecida uma lógica que os coloque em relação. Ainda que mais uma vez possamos levantar a questão do aprendizado maquínico (*machine learning*), não podemos confiar numa dinâmica efetivamente dialógica se a equação que organiza a entrega de conteúdos e alimenta a polêmica pela qual nos interessamos é endógena no sentido que a polêmica mesma se constrói e se nutre sob a lógica algorítmica.

⁵ En este sentido, no solo será determinante la elección de qué da-tos serán recolectados (y cuáles otros no) sino también qué tipo de correlaciones e instrucciones (y cuáles no) se tendrán con respecto a los mismos y qué efectos y/o resultados se espera de dicha operación. Es decir, cómo influyen los criterios del contexto de justificación, las reglas del contexto de diseño y los potenciales usos y apropiaciones del contexto de aplicación en la elaboración de dichos algoritmos creados para cierto tipo de funciones y no otras y que pueden generar diversos efectos esperados para ciertos fines proyectados. Es decir, ver el carácter social y político de los algoritmos.

Falamos sobre movimentos sociais e seu potencial para abrigar controvérsias públicas e criar tensões nos assuntos públicos. Realizamos uma breve trajetória histórica para contextualizar a perspectiva feminista sobre as tecnologias. Referimo-nos às contribuições do associativismo civil, feminista e antirracista para a construção de um projeto de Internet mais livre, dialógica e inclusiva, hoje ameaçado por uma lógica operacionalizada por códigos herméticos e opacos. (NATANSOHN; REIS, 2021, p. 62).

Um algoritmo não é neutro no sentido em que se apropria de dados pessoais e busca organizar as narrativas sobre as identidades dos sujeitos. Avançando mais um ponto em relação ao cenário da utilização do algoritmo: se politicamente e socialmente fomos capazes de apontar uma dinâmica viciada, no nível do usuário temos a preocupação com o controle de dados e com a possibilidade de fazer seu próprio relato, de contar sua própria história.

Existe um flanco que é considerado quase intocável, que é esse das subjetividades possíveis, do privado, do íntimo. Intocável no sentido de que acreditamos que seja isolado de invasões e interferências da esfera pública, ordinária, social e política. Mas temos assistido o debate teórico sobre o redesenho desse limite entre público e privado feito também a partir da forma da entrada dos sujeitos no ambiente digital: como usuários, com possibilidade de algumas ações determinadas, mas ao mesmo apresentando-se enquanto perfil, persona, com dados personalizados para diversas facetas de sua experiência inclusive íntima. Desse modo, entendemos que há um recorte algorítmico sobre identidades e corpos feitos de maneira pretensamente anônima e descorporificada, mas que retorna para a vivência desses mesmos sujeitos como uma voz superegóica e não nomeada. Nosso debate é em favor de dar nomes e de assumir a complexidade de tal regulação e de tais cuidados sobre os conteúdos vindos dos usuários (*user generated content*).

O saber gigantesco dos algoritmos, sua capacidade de reunir milhares de comportamentos individuais, surge como o novo poder estruturante. Mas a lógica totalitária de sua apropriação de dados pessoais e a inaptidão dos sistemas algorítmicos em criar governança social excluem, sem intervenções eficazes, os cidadãos-consumidores-usuários⁶ (CANCLINI, 2018, p. 154).

⁶ El saber gigantesco de los algoritmos, su capacidad de empalmar miles de millones de comportamientos individuales, aparece como el nuevo poder estructurador. Pero la lógica totalitaria de su apropiación de datos personales y la ineptitud de los sistemas algorítmicos para crear gobernabilidad social dejan fuera, sin intervenciones eficaces, a los ciudadanos-consumidores-usuarios.

Um algoritmo não é neutro na construção de relações íntimas pessoa a pessoa e nas suas disposições psíquicas. Apontamos a relação que se dirige do social aos indivíduos por meio das plataformas algoritmizadas, mas podemos também tratar no sentido dos sujeitos para essas mesmas plataformas: observando no nível íntimo como a sua inserção digital interfere em sua autoimagem e no reconhecimento de si.

Disso decorrem efeitos de dependência, ansiedade e expectativa ascendente da presença virtual do outro. O temor de tornar-se um zumbi, torna-se ainda mais devastador em uma cultura que despreza formas de vida e as deixa morrer como se não fizessem diferença. Esta segunda ilusão acometa mais frequentemente os que enfrentam o sofrimento de raça e etnia, seja pela via do preconceito seja pela via da opressão, e que se vêem diante de processos políticos de extermínio silencioso e conivente, ou que temem o contato do outro que não compreendem, mas que supõe como um vampiro ameaçador (DUNKER, 2020, p. 131).

Um algoritmo não é neutro em sua autoria. Entendemos que nossa maneira de falar e expor a questão corre o risco de personificar o algoritmo como personagem demoníaca e manipulatória do digital. E isso é algo oposto do que gostaríamos de conseguir, já que pretendemos identificar problemas no estado atual da circulação e relevância dos conteúdos digitais a partir da lógica algorítmica e debater possibilidades concretas a partir de uma elucidação técnica mais precisa.

Os algoritmos que regulam esses sistemas não são “objetivos” e “imparciais”, e tampouco “refletem” a sociedade, porque além de carregarem em seus códigos-fonte os preconceitos de seus criadores, interagem com as pessoas e com o resultado de suas próprias ações. São sistemas autoritários tanto porque falseiam com o conceito de democracia, quanto porque são considerados infalíveis, a expressão da verdade e da justiça, desconsiderando instrumentos humanos para revisão, reforma ou retificação de resultados (SALLES, 2020, p. 234).

Nesse sentido, é importante apontar que o controle e regulação das principais equações algorítmicas que interferem em nossa vida cotidiana estão nas mãos de grandes empresas de tecnologia Facebook, Amazon, Apple, Google e Microsoft (sob o acrônimo GAFAM). Quando dizemos da interferência diária, devemos certamente considerar ainda o alto índice de exclusão digital que encontramos nacional e internacionalmente, ao mesmo tempo em que argumentamos que o digital trata de uma lógica que se expande para além das dinâmicas do acesso à tecnologia e que por isso mesmo há um

direcionamento para a entrada em sua lógica e que essa porta de entrada se dá pelos buscadores e pelas mídias sociais sendo que a maior parte da população brasileira só tem acesso por dispositivo móvel. Pesquisa realizada pelo Cetic.br indica a preocupação na relação entre a utilização de inteligência artificial por um lado e, por outro, uma instalada exclusão digital, indicando que “Os efeitos potencialmente exponenciais do uso de IA têm gerado alertas e criado preocupações fundadas frente a possíveis impactos na liberdade, privacidade e proteção de dados pessoais. Há que se considerar, ainda, a eventual majoração das brechas digitais, que podem excluir aqueles que não têm acesso à tecnologia dos potenciais benefícios no uso de IA” (CETIC.BR, 2021, p. 13) e aponta que “a apropriação dos potenciais benefícios da Internet é mais limitada entre as parcelas mais vulneráveis da população” (CETIC.BR, 2021, p. 17).

Um algoritmo não é neutro na forma de sua revisão, regulação e controle. Derivando da ideia de que há uma autoria a ser nomeada em relação aos algoritmos (no plural) e como funcionam em cada uma das plataformas, devemos indicar que há interesse econômico e de mercado em seu funcionamento. Esse interesse incide não só na grande quantidade de dados que são coletados e armazenados, mas no mecanismo do próprio algoritmo enquanto entendimento sobre seu funcionamento, as mudanças sobre ele ao longo dos anos. A parte que é muitas vezes anunciada como uma contrapartida para a entrada do usuário nas redes digitais não é retornada em seu próprio interesse ou esse retorno é o mínimo e oferecido como recompensa lúdica e consentida.

(...) mas a etnografia do processo produtivo mostrou as funções de decisão, seleção e controle da empresa, por exemplo, dos tutores como sujeitos organizadores e reguladores. Oculta-se a expropriação do valor oferecido pelos consumidores, e disfarça-se como prática lúdica. Acrescentaria que o papel dos usuários participantes têm todas as características de uma autoexploração consensual. Dilui-se o papel dos sujeitos: tanto os que cooperam de forma externa e gratuita com a empresa como o da própria empresa como sujeito responsável pela exploração, assim como de seus empregados, caça talentos ou tutores, dissimulados em processos de interação social e econômica que seriam auto-organizados. O espaço de suposta abertura, livre de hierarquias,

revela-se submetido a decisões hierarquizadas daqueles que controlam os dados, os usos e a apropriação dos benefícios (CANCLINI, 2019, p. 94)⁷.

Esse recorte é responsivo à pergunta (query) entrada pelo usuário, utilizada como palavra-chave, ou aos seus dados de uso dos aplicativos e plataforma (gerados pela navegação, visualização, curtidas, comentários, compartilhamento) mantém sua contribuição opaca e alienada em relação ao todo, mesmo para aqueles que trabalham profissionalmente com mídias digitais.

Sob a premissa de que mais dados produziram algoritmos melhores e melhores serviços, o usuário se transformou no produto que se comercializa (...) Todo ele um sistema opaco, guardado em sigilo pelas empresas tecnológicas que não revelam nem o processo e nem os critérios para a aplicação do algoritmo e, portanto, impedem que sejam realizadas auditorias e controles sobre suas debilidades para as quais não há verificação e nem correção possível (BENÍTEZ-EYZAGUIRRE, 2020, p. 331)⁸.

Ainda que possamos entender que um algoritmo no porte em que estamos tratando está construído em cima de milhares de parâmetros e que seria impossível conhecer e estar atualizado com todos eles, seria necessário um ambiente de maior transparência com a comunidade de usuários e que acaba por se chocar com investidas no campo legal e econômico. O impedimento de entender a parte técnica, seu apagamento se coaduna com a manutenção de grandes negócios no seio do capitalismo em nível globalizado e do controle digital.

⁷ (...) pero la etnografía del proceso productivo mostró las funciones de decisión, selección y control de la empresa, por ejemplo, de los tutores como sujetos organizadores y reguladores. Se oculta la expropiación del valor aportado por los consumidores, se lo disfraza como práctica lúdica. Agregaría que el papel de los usuarios participantes tiene todo el aspecto de una autoexplotación con consenso. Se diluye el papel de los sujetos: tanto los que cooperan de manera externa y gratuita con la empresa como el de la propia empresa como sujeto responsable de la explotación, así como el de sus empleados, busca talentos o tutores, disimulados en procesos de interacción social y económica que se autoorganizarían. El espacio de supuesta apertura, libre de jerarquías, se revela sometido a las decisiones jerarquizadas de las firmas que controlan los datos, los usos y la apropiación de los beneficios.

⁸ Bajo la premissa de que más datos producen mejores algoritmos y mejores servicios, el usuario se ha convertido en el producto con el que se comercia (...) Todo ello en un sistema opaco, guardado celosamente por las empresas tecnológicas que no dan a conocer ni el proceso ni los criterios de aplicación del algoritmo y, por tanto, impiden que se realicen auditorías y controles sobre sus deficiencias para las que no hay detección ni corrección posible.

A situação mudou para os atores pessoais e institucionais, locais, nacionais e transnacionais, desde que passamos a viver numa governabilidade algorítmica. Na etapa anterior, a de governabilidade estatal, eram coletados os dados daqueles que participavam de todos os níveis a partir de informações requisitadas para fins específicos por governos, partidos, empresas e organizações sociais. Nessa perspectiva, os governos coletavam os dados (CANCLINI, 2019, p. 53)⁹.

Quais as brechas para trabalhar contra o preconceito algoritmo e usar o digital contra desigualdades sociais?

Recuperamos a partir da bibliografia estudada algumas estratégias de combate em relação ao preconceito algorítmico. Que elas possam ser pensadas e repensadas ao longo dos próximos anos numa perspectiva dinâmica, entendendo que essas ideias para uma resistência devem responder *pari passu* ao estabelecimento de regras e critérios para o gerenciamento do conteúdo digital. Esta é uma disputa que se realiza nas bases de um conhecimento técnico, de sua atuação legal e também de uma cultura de uso desses conteúdos que resultam num contorno da formação de comunidades.

Entendemos que não temos acesso aos milhares de parâmetros que organizam a equação algorítmica e que estamos num embate com as grandes empresas de tecnologia que monopolizam grande parte das plataformas que recebem e acumulam nossos conteúdos digitais. Os sistemas de proteção de dados e de conteúdo digital em geral que apontam no sentido do investimento numa web 3.0 esbarram numa dualidade primária no desenvolvimento e uso desses mesmos conteúdos: de um lado a abertura, o acesso, o compartilhamento a distribuição e, de outro, a restrição de acesso, a preservação da informação, o valor agregado como segurança em cima de dados criptografados. Isso tem um efeito em como pensamos a dinâmica sobre a construção desses mesmos conteúdos. O que listamos aqui se refere à sua faceta pública, construída em conjunto e mapeada como onda nas estatísticas de tráfego, curtidas, compartilhamentos, comentários movimentada pela grande quantidade de usuários. Pontuamos que ela está atravessada, marcada e orientada pelo filtro algorítmico e isso não pode ser entendido como tela transparente, inexistente, apagada e com vontade de presença quase não sentida. Nossa

⁹ La situación ha cambiado para los actores personales e institucionales, locales, nacionales y transnacionales, desde que vivimos en una gubernamentalidad algorítmica. La anterior etapa, la de gobernabilidad estadística, ordenaba los datos de quienes participaban en todas las escalas mediante información pedida con fines específicos por gobiernos, partidos, empresas y organizaciones sociales. En esta perspectiva, los gobiernos recolectan los datos.

relação com os conteúdos e com outros pelo virtual está definitivamente marcada pelo diálogo tenso com os sistemas de relevância que acabam por nos instaurar.

Um primeiro movimento é aquele do hacktivismo, **hackear como militância**, partindo do princípio de que dominar linguagens de programação, seu conteúdo técnico, trabalhar a atuar com elas, é uma maneira de dar resposta no mesmo nível de linguagem em que o problema situado se coloca. Canclini aponta a atividade de hackeamento como a busca da brecha, dos interstícios para quem fala das periferias do globo.

(...) recorrer ao hackeamento, desacomodar um mundo algoritmizado para nos colocarmos em seus interstícios. Incluo outra linha de ação: associações independentes que cobrem os Estados e organizações latino-americanas (CANCLINI, 2019, p. 155)¹⁰.

O trabalho de hackeamento, mais do que atividade solitária, pode ser entendido como performance coletiva, de fazer ampliar a pluralidade de vozes num ambiente tecnologicamente marcado como masculino e corporativo.

Também autodenominado como transhackfeminista, com todas as suas variações, aderem ao feminismo queer e trans, enfatizam e promovem processos de autonomia tecnológica, comunitarismo, redes alternativas e rejeita as cumplicidades do big data com o modelo de negócios na Internet. Apesar de serem poucos, esses coletivos têm assimilado os princípios hackers relacionados ao software livre, mas com uma forte crítica ao androcentrismo típico da cultura hacker (NATANSOHN; REIS, 2021, p. 56).

Ainda com Canclini, apontamos uma forma de resistência em **organizar acontecimentos surpresa**. Há um entendimento da necessidade da discussão dos processos de governança envolvendo atores estatais e empresariais, como doadores, emanadores e executores dos acontecimentos coletivos. E, por outro lado, disruptivo, a ideia de que esses mesmos acontecimentos podem emergir no digital enquanto movimentação coletiva da sociedade civil e criar tensão em relação ao que é a própria dinâmica de acontecimento.

O que a força dos acontecimentos surpresa detona? Uma razão é a ingovernabilidade de processos que agitam o mundo

¹⁰ (...) recurrirse a los hackeos, desacomodar un mundo algoritmizado para ubicarnos en sus intersticios. Inserto otra línea de acción: interpelar a los Estados y organismos latinoamericanos desde asociaciones independientes.

globalizado com recursos antes inexistentes. Outra explicação deriva da oposição das empresas transnacionais à criação de órgãos públicos que gerem governança nos mercados. Em terceiro lugar, a imaginação transgressora dos excluídos que saltam das estruturas institucionalizadas (CANCLINI, 2019, p. 74)¹¹.

A partir desse levante acontecimental possível pelo digital, há uma necessidade de discussão dos ambientes de construção do que podemos reconhecer e **combater como algocracia e dataísmo**. Há uma paridade, nesse sentido, dos debates necessários em relação às dinâmicas de exclusão social e aquelas de exclusão digital. Reconhecemos uma necessidade de transferir e redundar sempre os debates nas perspectivas interseccionais para dentro das redes, fazendo com que sua topografia mantenha pontos de acesso, inclusão e distribuição do saber.

Essa nova configuração do social exige a percepção teórica sobre as divisões ou exclusões digitais que, para além do acesso à internet, exige pensar na interseccionalidade, nos entrecruzamentos entre raça, gênero, território, classe, entre outros, e que pedem também o exercício de imaginar como serão as oportunidades daquelas e daqueles que não estão conectados, ou que o fazem esporadicamente, ou para quem a Internet das Coisas é pura ficção científica porque não tem nem energia elétrica (NATANSOHN; REIS, 2019, p. 401)¹².

Dessa forma, mais do que separar as discussões que acontecem em campos disciplinares e de atuação como as ciências sociais, a comunicação, as ciências da informação, as tecnologias da informação, estamos num campo transversal que responde de uma forma única nas dinâmicas que acontecem fora e dentro do digital. Mais do que uma fixação no digital como recorte de conteúdo ou como espaço de atuação, estamos considerando o atravessamento da construção de narrativas, de rituais de estar juntas e atuar coletivamente. As possibilidades então não estão todas dadas e as ideias para ação

¹¹ ¿Qué detona la fuerza de los acontecimientos sorpresa? Una razón es la ingobernabilidad de procesos que agitan el mundo globalizado con recursos antes inexistentes. Otra explicación deriva de la oposición de las transaccionales a que se creen organismos públicos que generen gubernamentalidad en los mercados. En tercer lugar, la imaginación transgresora de los excluidos que se saltan las estructuras institucionalizadas.

¹² Esta nueva configuración de lo social nos exige la percepción teórica sobre las divisiones o brechas digitales que, además del acceso a Internet, exigen pensar en la interseccionalidad, en los entrecruzamientos entre raza, género, territorio, clase, entre otros, y que solicitan también el ejercicio de imaginar cómo serán las oportunidades de aquellas y aquellos que no están conectados, o que lo hacen esporádicamente, o para quienes Internet de las Cosas es pura ficción porque ni energía eléctrica tienen.

desenhadas responsabilmente. É necessário **continuar os estudos** para embasar novas aberturas de caminhos.

Este livro apresenta novas aberturas de investigação apoiada na que acredito ser uma abordagem dos estudos feministas negros de tecnologia (BFTS) sobre a Internet. BFTS pode ser entendido teoricamente como uma abordagem epistemológica para a pesquisa sobre identidades generificadas e racializadas nas mídias digitais e analógicas, e oferece novas lentes para entender o poder como sendo mediado por identidades interseccionais. Pesquisas que impliquem política, cultura e valores podem ajudar a desenhar mais amplamente o contexto do uso e o início da adoção da tecnologia digital por afro-americanos, o que é muito pouco investigado, especialmente a partir da perspectiva de mulheres e meninas. BFTS é um caminho para trazer mais conhecimento para além do discurso tradicional sobre consumo tecnológico – e sua falta – entre pessoas negras. Pesquisas futuras apoiadas nessa perspectiva podem pavimentar contranarrativas sobre pessoas negras e tecnologia e podem apontar como práticas da cultura popular afro-americana estão influenciando a juventude não afro-americana. O discurso sobre afro-americanos e mulheres como tecnologicamente iletrados não é nada novo, mas dissipar o mito de negros/ afro-americanos como estando à margem da grande base de usuários de tecnologia podem nos ajudar a definir novos caminhos para pensar as diretrizes para a nova onda de inovação tecnológica, do design e muito possivelmente, de resistência (NOBLES, 2018)¹³.

Podemos pensar se nosso desenho de atuação se trata de narrativa, de contranarrativa no sentido de a que ele responde, se ocupam novos espaços digitais criados de maneira mais autônoma, autóctone, independente ou se responde nos veios da topografia digital em que está instaurado o crivo, o poder e controle sobre esses conteúdos. Thiane Neves Barros nos indica **quebrar o código que ainda é racista-cissexista**. Tarcízio Silva nos pede para **nomear, identificar, reagir**. A isso podemos

¹³ This book opens up new lines of inquiry using what I believe can be a black feminist technology studies (BFTS) approach to Internet research. BFTS could be theorized as an epistemological approach to researching gendered and racialized identities in digital and analog media studies, and it offers a new lens for exploring power as mediated by intersectional identities. More research on the politics, culture, and values embedded in search can help frame a broader context of African American digital technology usage and early adoption, which is largely underexamined, particularly from the perspectives of women and girls. BFTS is a way to bring more learning beyond the traditional discourse about technology consumption—and lack thereof—among Black people. Future research using this framework can surface counternarratives about Black people and technology and can include how African American popular cultural practices are influencing non-African American youth. Discourses about African Americans and women as technologically illiterate are nothing new, but dispelling the myth of Blacks / African Americans as marginal to the broadest base of digital technology users can help us define new ways of thinking about motivations in the next wave of technology innovation, design, and, quite possibly, resistance.

acrescentar o **domínio das possibilidades de categorização e de criação ontológica** para o etiquetamento das produções digitais. A discussão sobre a organização das categorias semânticas que organizam a indexação e entrega dos conteúdos digitais representa o reforço de padrões instituídos socialmente e que reforçam preconceitos e tira a possibilidade de que um movimento de criação de conteúdo não responde totalmente ao desejo do público a que se destina, não cola exatamente com ele, mas propõe, instiga, questiona, desafia. E, nesse sentido, o processo de criação pode se tornar viciado e tautológico se reduzimos a distância comunicativa com o outro.

Para além de apontar uma necessidade de reagir ao preconceito algorítmico, estamos também propondo a manutenção do espaço de um movimento criativo, inpiado, que dialogue e não reproduza mecanicamente o que está dado, que responda não ao que nos pede a estatística da massa de dados, mas no que temos ainda de índice autora, particular, pungente, específico e desafiador quando se usa a voz. Enquanto a incidência da palavra sobre as coisas dentro do digital não estiver no nosso conhecimento, debate e regulação, não poderemos ter uma visão clara e mais coletiva de como reconstruímos nossas narrativas dentro do digital. Trata-se de promover a formação de comunidades e novas sociabilidades, cuidar legalmente e politicamente da quebra de monopólio das redes, promover um ambiente de literacia digital, firmar políticas de redução de danos e incentivar a atuação por coletivos.

Referências

- CANCLINI, N. G. Ciudadanos reemplazados por algoritmos. Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados en Humanidades y Ciencias Sociales. 2019.
- BEIGUELMAN, G. “Racismo algorítmico”. In: Políticas da imagem: vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu, 2021. p. 122-129.
- GRILLO, O et al. Tecnologías digitales: miradas críticas de la apropiación en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Montevideo: RIAT, 2019.
- NATANSOHN, G. Ciberfeminismos 3.0. Covilhã, 2021.
- NOBLE, S. Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism. NYU Press, 2018.
- NÚCLEO de Informação e Coordenação do Ponto BR (Ed.). Pesquisa web sobre o uso da Internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus: Painel TIC COVID-19 [livro eletrônico]. 1a. ed. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021.
- SABARIEGO, J.; AMARAL, A. J.; SALLES, E. C. (Orgs.). Algoritarismos. São Paulo, Valencia: Tirant lo Blanch, 2020.
- SILVA, T. (Org.). Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: Olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2020.

